

CIDADE DE MALVADEZAS OU DE MATAR “BICUDOS”? BELÉM ENTRE A CABANAGEM E A BELLE ÉPOQUE

Eliana Ramos Ferreira¹

Resumo: Belém da década de 30 do século XIX é uma cidade insurreta, sacudida pelo movimento social da Cabanagem, vivenciou conflitos profundos. Para os representantes do governo imperial, Belém havia sido convertida na cidade das ‘malvadezas’; para os integrantes das hastes cabanas, cidade para se matar ‘bicudos’. O presente trabalho pretende palmilhar, singelamente, quais as marcas plasmadas e o impacto da Cabanagem no espaço urbano de Belém.

Palavras-chave: Cidade – Cabanagem – Experiências Urbanas

Abstract: Belém of the decade of 30 of century XIX is an rebelled city, shaken for the social movement of the Cabanagem, it lived deep conflicts. For the of imperial government representatives, Belém had been converted into the city of ‘malvadezas’; for integrant of the tips cabanas, city to kill ‘bicudos’. The present work intends to investigate, which the marks and the impact of the Cabangem in the urban space of Belém

Key words: City – Cabanagem – urban experiences

Na madrugada de sete de janeiro de 1835, Belém foi sacudida pelas fileiras daqueles que foram alcunhados de “cabanos”. A tomada da cidade já vinha sendo arquitetada com anterioridade, segundo Rayol, “nos primeiros dias de janeiro já se notava na cidade inúmeras pessoas desconhecidas que pelo andar e pelos trajes mostravam ser homens do campo” (RAYOL, 1970: Vol. 2º). As hastes cabanas dividiram-se, estrategicamente, em três colunas. A primeira e maior, sob o comando de Antonio Vinagre, tomaria o Arsenal de Guerra e os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, liderada por Eduardo Angelim, atacaria o Palácio do Governo e; a terceira fileira, sob a liderança de Geraldo Gavião, acometeria contra o Arsenal de Marinha e as fortalezas do bairro da Cidade. (RAYOL, 1970: Vol. 3º).

Pode-se entrever que os combates que se desenhavam, seriam empedernidos. E neste sentido, dentre os cenários prováveis resultantes dos conflitos armados, ocorridos durante um período de combates intensos, o principal seria o da destruição.

¹ Profª da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social e Doutoranda – PUC/SP

Em correspondência de setembro de 1835, o presidente enviado pelo Governo Regencial, para assumir a presidência da Província e combater o movimento cabano, Manuel Jorge Rodrigues, afirmava que

*A Cidade se acha em um aspecto deplorável e medonho porque não se encontravam senão pretos e tapuios nas ruas [...]. Que as ruas mais destruídas e em ruínas eram a da Praia e da Cadeia, as principais do comércio e que era acima de toda a expressão do roubo geral [...]*²

Após a expulsão dos cabanos da cidade de Belém, em maio de 1836, o governo provincial, naquele momento, exercido pelo general Soares Andréas, expressou interesse e esforços direcionados para a reconstrução da cidade, a qual ficara abalada pela destruição da artilharia dos canhões e das outras armas de fogo. Em correspondência de fevereiro de 1837, o tenente de Obras Públicas, Albino dos Santos Pereira, comunicou ao presidente da Província o (...) *Conserto do cais da rua do Açougue, junto a Bateria de Santo Antônio, o qual se achava arruinado em consequência do fogo feito do mar para terra na ocasião da entrada dos rebeldes nesta Cidade*³.

Assim, a recuperação física da cidade tornou-se uma das prioridades do governo. Recursos foram alocados “para melhoramento e aformoseamento das estradas”. Obras públicas, como a edificação e conserto das igrejas, da cadeia pública, construção de um novo prédio para abrigar a “Casa do Ver-o-Pezo”, limpeza de valas⁴, plantio de árvores e manutenção de um Horto Botânico, entre outras obras, são implementadas refletindo a ação conjunta do governo e da Câmara Municipal no sentido de higienizar a cidade da presença dos cabanos⁵, apagando os vestígios de sua permanência na cidade e no governo – além do soerguimento físico, era necessário construir uma memória sob a ótica do vencedor.

As marcas dos ferozes combates plasmadas na cidade de Belém também não passaram despercebidas para alguns estudiosos, memorialistas e viajantes.

Olhares impertinentes dos viajantes, como o do missionário Daniel Kidder, perceberam os efeitos desastrosos da Revolução de 1835, pois, segundo suas observações

² Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Correspondência Militar. Registro Particular da Correspondência do Presidente Manuel Jorge Rodrigues com Diversos Ministérios do Império. 1835-1838.

³ Série Interior – IG¹ – 10. Documento depositado no ANRJ. Sessão de Manuscritos.

⁴ A limpeza das valas é uma permanência na história de Belém. Os portugueses ao fincarem o processo de colonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão também se depararam com a insalubridade dos alagadiços, o maior deles chamado Piri.

⁵ Coleção das Leis Provinciais do Pará. 1838-1840. Depositada no Arquivo Público do Pará.

*Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas, algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneiro que ainda hoje exhibe muitos sinais de bala pelas paredes. [...] Muitas são as bem traçadas ruas nas quais apenas uma exígua vereda serpeia por entre o matagal que as cobre, e, nos arrabaldes, se encontram, freqüentemente, propriedade em abandono e casas de construção magnífica, inteiramente desocupadas [...]*⁶.

A partir do relato do viajante, percebem-se alguns indícios das marcas produzidas pelo “canhoneiro” na estética da cidade como na expressão: “casas pontilhadas de balas ou projéteis de canhão”, assim como nas propriedades dos arredores da cidade – chamadas de ‘rocinhas’ – abandonadas. Kidder esteve na cidade do Pará por volta de 1839, ou seja, quando a Cabanagem ainda estava acontecendo pelos interiores da Amazônia.

Outro viajante que percorreu os rincões da Amazônia foi o naturalista Bates, que chegou junto com Wallace, em 1848, e permaneceu até 1859. Direcionou sua percepção não só para a natureza, mas também para o aspecto físico da cidade bem como para o cotidiano, não deixando de observar o impacto que a Cabanagem causou, principalmente aos portugueses⁷. A confiança na ordem e segurança, em 1848, ainda não havia se estabelecido de todo, sobretudo nos indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade, uma vez que

*Embora fizesse doze anos que a situação se mantinha calma, quando ali chegamos a confiança ainda não tinha sido totalmente restabelecida, e os negociantes e mercadores portugueses não se aventuravam a ir morar nas suas belas chácaras ou rocinhas, localizadas nos arredores da cidade e no meio de luxuriantes e ensombrados jardins.*⁸

Havia desconfiança e medo, a vigilância era permanente sobre os ajuntamentos, reuniões, passeios, e transeuntes, principalmente noturnos⁹. A Cabanagem deixou marcas profundas tanto nos prédios quanto nas pessoas¹⁰.

⁶ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil: províncias do Norte*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

⁷ A tensão étnica foi uma das diversas faces da Cabanagem, e os portugueses simbolizavam a herança de um passado colonial, onde os “bicudos” detinham a parcela significativa de riqueza e o poder político na Província.

⁸ BATES, Henry Walter. *Um viajante no rio Amazonas*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. (Viagem realizada entre 1848-1859). Bates, assim como seu companheiro Wallace, também, achou que a cidade havia conhecido dias melhores, principalmente pela grandeza e beleza arquitetônicas dos prédios públicos, como as igrejas, conventos, os palácios presidencial e episcopal. p. 21/22.

⁹ Em 1841, houve a Reforma do Código Criminal, que intensificou a vigilância sobre os habitantes da Província, inclusive a presença mais ostensiva e novas atribuições dos chamados Inspetores de Quarteirão.

Tem-se até aqui quatro relatos oriundos de sujeitos em tempos diferentes, dois viajantes, um presidente de província e um funcionário da repartição de obras públicas da província do Pará, anos de 1835, 1837, 1839 e 1848, porém semelhantes quanto ao conteúdo: os vestígios da destruição que marcaram o Pará devido à comoção social do movimento cabano e o impacto nas pessoas. Pode-se refletir que tais observações olham com as lentes postadas em lugares distintos, mas não tão distantes social e politicamente. São dois relatos produtos de representantes do governo imperial com missão anti-cabana e, dois viajantes: um missionário (Kidder) e um naturalista (Bates), que, no entanto, convergem para o impacto da Cabanagem na cidade de Belém.

A sociedade paraense foi profunda abalada ao longo dos anos de luta, considerando que grande parte da população masculina mobilizada, tanto pelo movimento cabano quanto pelas tropas imperiais, abandonou roças, fazendas, engenhos, casas e famílias, além das deserções dos indígenas e tapuios, fugas de escravos e as doenças/epidemias. Além disso, muitos se retiraram para o sertão, fora o alto número dos vitimados¹¹ no conflito e na repressão, notadamente pessoas que estavam em idade economicamente ativas. Essa atmosfera de violência potencializada gerou um clima de insegurança, como identificaram os viajantes Bates e Kidder.

Não se duvida que a Cabanagem marcou profundamente a memória coletiva da província do Pará. Os combates dizimaram muitas vidas, desestruturando o trabalho. As redes econômicas foram desmontadas e outras se construíram no interior das soluções ao conflito. Mas também esses atos de guerra mexeriam nas subjetividades¹² dos sujeitos.

Pedro Fernandes branco, lavrador, solteiro, 21 anos, preso pela legalidade em 12/09/1836¹³ é a primeira “fala¹⁴” aqui retida sobre a memória de um cabano. Ele “dizia ter

Código do Processo Criminal do Império, depositado na Seção de Obras Raras da Fundação Cultural “Tancredo Neves” – CENTUR.

¹⁰ Eliana Ramos Ferreira. Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX. PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado.

¹¹ Há um número de mortos estimado por Domingos Antonio Rayol que vem sendo reproduzido sistematicamente, este seria de aproximadamente 30.000 pessoas que pereceram nos conflitos da cabanagem. Contudo, ainda é preciso uma investigação sistemática sobre isso, pois, aproximadamente 1838-1839 começa um processo de recrutamento vigoroso na província: havia recrutamentos para o Corpo de Trabalhadores, Guarda Nacional, Batalhão de Polícia da Província, Arsenal de Marinha, Arsenal de Guerra.

¹² A premissa de subjetividade usada no presente trabalho é que a subjetividade é “essencialmente social, cultural, assumida e vivida por indivíduos em suas experiências particulares. O processo de subjetivação não é visto como destino inexorável de serialização de indivíduos, porque comporta simultaneamente a possibilidade de reapropriação, subentendendo que os sujeitos são agentes, aos quais se permitem escolhas”. Escolhas como a reconquista da autonomia criativa. Ver MATTOS, Maria Izilda Santos de. Ancora de emoções – corpos, subjetividades e sensibilidades. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 17-41.

¹³ Códice 1130, Acervo do Arquivo Público do Pará. Pedro Fernandes foi acusado de ser “malvado influente que acompanhou todas as escoltas perseguindo as famílias dos legais; depois de apresentado indo ao engenho Bom-Intento, mostra-se muito apaixonado de Eduardo”

muita gente nas matas e que se houvesse outra cabanagem seria pior que a primeira”¹⁵. Interpreta-se desta frase que homens e mulheres, como Pedro Fernandes, envolvidos nas lutas estavam ainda atentos e esperançosos de mudanças sociais, isto mesmo com a forte repressão ao movimento em todos os cantos da Província do Pará.

O clima político da Província parecia não ter saída e as pessoas comuns não cessavam de “pregar q. ainda o tempo cabanal hade tornar e então será vingado”¹⁶. Foi essa a expressão dita por um pai ao ver seus filhos presos pelas tropas legais.

Visibilizar as experiências que marcaram profundamente os sujeitos, mesclaram-se diversidade e diferenças étnicas, sociais, políticas, econômicas, e de gênero, que se defrontaram, se aliaram, se dispersaram, como num amálgama complexo de relações tecidas entre diversas ‘gentes de cor’, é fundamental para se tentar palmilhar a dinâmica desse movimento de retomada das atividades produtivas e de alguns aspectos da cotidianidade das pessoas que tiveram de reestruturar suas vidas após os duros conflitos entre cabanos e forças legais.

Contrariamente, os olhares dessas autoridades estavam marcados pelo dever cumprido de ter trazido à ordem os grupos revoltosos, que buscavam romper com a subordinação. O Presidente da província Francisco Soares de Andréas comunicava à Assembléia Provincial: “esta Província está restituída à Ordem depois de três annos de continuados exforços e fadigas...”¹⁷, e retratava os seus ares de “pacificada”. As posições sociais ditavam essas observações sobre o quadro político.

O discurso do Estado Imperial insistia no (re)estabelecimento da ordem, retomada de forma lenta, nos primeiros anos após o movimento cabano. Fazia-se mister pensar o soerguimento da província: reconstruir a base material destruída durante os confrontos, combates e retomar as atividades produtivas. Para retomar a ordem pretendida pelo governo imperial fazia-se necessário a retomada da cidade de Belém, percebida como espaço que abrigava as instituições políticas e religiosas como o palácio do governo, igrejas e conventos de diversas ordens religiosas; mas fundamentalmente constituía o centro das trocas comerciais, da navegação, do fisco, e, fundamentalmente, a partir dela, organizar a agricultura, o extrativismo e o criatório.

¹⁴ A ‘fala’ é registrada pelo agente do governo legal e nesse sentido, é preciso todo cuidado. Este pode ter sido um depoimento falseado buscando imputar a culpa aos rebeldes. Significa que por conta dos valores e postura política do agente este procedeu dessa maneira. Outra interpretação possível é que “o cabano” preso tenha feito essa narrativa ao agente.

¹⁵ Relação Nominal de Rebeldes Presos. Códice 1130. Depositado no APEP.

¹⁶ Relação Nominal dos Rebeldes Presos. Códice 1130, depositado no APEP.

¹⁷ Discurso do Presidente da Província do Pará Francisco José de Souza Soares D’Andrea na Assembléia Provincial. Março de 1838. Site: www.uchicago.edu/content/para.htm

Belém abrigava os principais portos, necessários ao recebimento e escoamento da produção vinda do interior da província, e entrada de produtos de fora, tanto de outras províncias do império quanto de outros países¹⁸. A função econômica da cidade não pode se perder de vista. Desde os portos se tinha controle das trocas, dos trabalhadores, dos revoltosos e as idéias que por eles circulavam.

No momento do ato de tomada, pela força, da cidade, durante os combates travados entre cabanos e forças legais, a cidade foi utilizada também como uma possibilidade de estratégia político-militar.

As perdas sucessivas destes ataques não arrefeceram o ardor de Eduardo Angelim. [...] Pelos postigos e frestas das janelas espiavam a gente que os perseguia, e só faziam fogo quando marcavam a vítima que tinham de imolar. Não era possível assim destroçá-los. Desapareciam no maior calor das refregas, e reunindo-se mais adiante, no mesmo quarteirão ou no imediato, punham de novo em execução o seu costumeiro sistema de combate.

A cidade tinha então imensas câncas de madeiras, que lhes serviram de trincheiras¹⁹.

A cidade tornou-se um campo de batalha. Os embates aconteceram em diversos pontos da cidade, levando os combatentes que palmilhavam as suas ruas, esquinas, quarteirões e postigos a potencializar e explorar as possibilidades de estratégias militares. Os lugares mencionados por Rayol e contidos nos documentos oficiais faziam parte da área urbana de Belém. Por estes lugares transitavam cotidianamente as “gentes de cor”.

Uma mudança na percepção e relação social desses sujeitos que vagueavam e trabalhavam na cidade estará sendo expressa. Esses trabalhadores eram perigosos. Os *cabanos* andavam não mais carregando cestos, potes de água, tabuleiros ou roupas, mas as lazarinas, riúnas²⁰ e facões. O sentimento de pertencimento, familiaridade e identidade com a rua foi interrompido com as proibições de realizar reuniões, conversar e circular livremente.

Não mais percorriam as ruas da cidade como indivíduos submetidos às diversas formas de trabalho compulsório. Nesse movimento eles se engajaram materializando uma pluralidade de ações de rebeldia.

Durante os anos 1835-1836 esses atores passaram a ocupar os espaços, antes interditos, como casas situadas em algumas ruas, prédios oficiais. O trânsito por esses espaços cidade de homens e mulheres, sem o controle do estado ou dos seus proprietários, inspirava

¹⁸ LOPES, Siméia de Nazaré. O “reflorescimento” da economia no pós-cabanagem In COELHO, Mauro.(org.) et alli *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão – séculos XVIII e XIX*. Belém:UNAMAZ, 2005, p.1201-44.

¹⁹ RAYOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos – ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970, p. 852

²⁰ Trata-se de armas utilizadas pelo exército no período.

horror pelo espetáculo de “cores”²¹. Tratava-se de uma disputa aberta dos lugares de subordinação/submissão sociais na sociedade escravista paraense.

A cidade não sofreu apenas o bombardeio dos tiros das armas de fogo. Na ótica do então presidente da Província, Manuel Jorge Rodrigues, Belém apresentava um

aspecto deplorável e medonho porque não se encontravam senão pretos e tapuios **nas ruas**, e os poucos estrangeiros que andam arranjando seus negócios para se retirarem = que as casas maiormente as principais tem rótulos dos tapuios a quem pertencem, e mesmo dos seus sócios, e que tendo ele mesmo autorizado pelo negociante Gerardo que se achasse esta esquadra, a sua casa para disposição achara um **cafuz** que lhe dissera que a casa lhe tinha cabido. Que as ruas mais destruídas e em ruínas era a da Praia e da Cadeia, as principais do comércio; e que era acima de toda a expressão do roubo geral. (...) ²².

O cenário de destruição não é aleatório. As principais ruas da cidade mais destruídas era a da Praia e da Cadeia. Manoel Jorge Rodrigues revela que a tomada da cidade não foi “intempestiva” e que houve planejamento de estratégia. A destruição partiu dos navios de guerra ancorados na baía de Guajará com a ordem de submeter os chamados rebeldes. A cidade insurreta havia sido alvo dos “canhoeiros”.

A época a Rua da Praia²³ situava-se frontal à Baía de Guajará, ou seja, a primeira rua de frente para o que chamavam de Praia. Ponto seminal para qualquer projeto beligerante: abrigava o porto e descortinava-se amplamente a frente de entrada e saída da cidade pela baía de Guajará, portal de entrada e saída dos que transitavam na cidade.

A mudança na relação dos sujeitos de ‘cor’ com a cidade, no sentido de pertencimento e de autonomia de deslocamento e usufruto dos espaços urbanos, experiência construída durante a permanência dos cabanos na cidade, foi um dos produtos imediatos da Cabanagem. O governo provincial não mediu esforços para fazer a cidade retornar à ordem imperial, condenava a ‘cidade da malvadeza’, cidade dos rebeldes, dos facinorosos, que experienciou o governo cabano.

O projeto do governo imperial era evitar que prevalecesse a cidade de matar ‘bicudos’, de matar portugueses. Esta deveria e foi sufocada por meio de violenta repressão aos que permaneceram na urbe paraense.

²¹ Interpretamos que esta expressão “cores” estaria marcando o fenótipo de indígenas, negros, mulatos e as diversas derivações fenotípicas no Pará do século XIX.

²² Registro Particular da Correspondência do Presidente Manuel Jorge Rodrigues com Diversos Ministérios do Império. Correspondência Militar – 1835-1838. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro.

²³ A rua da Praia ainda hoje existe, paralela ao rio, é conhecida como 15 de Novembro. A rua frontal à baía de Guajará hodiernamente é o Boulevard Castilho França, construído no período das reformas urbanas da *belle époque*. CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém – significado histórico de suas denominações. Pará: Edições CEJUP, 1992.

Assim, a cidade ‘ordeira’ pretendida pelo governo provincial, tornou-se perigosa para os pertencentes às camadas ditas populares, principalmente os que vinham do interior, que podiam ser presos e/ou arregimentados para o trabalho compulsório no corpo de trabalhadores, Arsenal de Marinha, Guarda Nacional ou Arsenal de Guerra.

O senhor Rafael Archangelo, afirmou ser morador do distrito de Itapicuru, casado, com numerosa família e em correspondência²⁴ solicitou a baixa de seu único filho, de nome Manoel Pedro que foi recrutado²⁵ para o Arsenal de Marinha como aprendiz. Este fato ocorreu ainda dentro da canoa em que estava ao vir para a cidade, na madrugada do dia 10 de fevereiro de 1858.

A segurança individual estava comprometida, pois o princípio de liberdade de locomoção, em tese, não mais existia, pois o indivíduo teria que portar a guia expedida pelo governo provincial de locomoção, onde deveria constar os dados relativos à prestação de trabalho compulsório nos corpos de trabalhadores, assim, não mais, em tese, poderiam se locomover.

A cidade retornou, gradativamente à sua cotidianidade²⁶. O “Tempo da Malvadeza”²⁷ deveria ser deixado para trás²⁸. Coevamente elaborou-se o discurso de que os

²⁴ APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Requerimentos. Ano: 1858. Caixa: 485. O requerimento foi dirigido ao presidente da província, João da Silva Carrão.

²⁵ Os recrutamentos foram amplamente usados pelo estado imperial para arregimentar mão-de-obra livre. No Pará a disputa era feroz e muita acirrada, pois havia o recrutamento para o corpo dos trabalhadores, para a guarda nacional, arsenal de marinha, arsenal de guerra.

²⁶ Segundo Maria Izilda de Matos “a história do cotidiano não é um terreno relegado apenas aos hábitos e rotinas obscuras. As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/mudança, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas”. É nesta perspectiva que entendemos as ‘dimensões’ do cotidiano no presente trabalho. Maria Izilda S. de Matos. Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho. SP: EDUSC, 2002, p. 26.

²⁷ Esta expressão é freqüente nos documentos: Relatórios dos Presidentes de Província, Partes Policiais, Secretaria do Governo, Jornais, Testamentos.

²⁸ Fato que parece deixado para trás, até mesmo pela historiografia regional que investiga o processo de urbanização da segunda metade do século XIX no Pará, particularmente em Belém. Essa cidade nesse período era uma urbe em profunda mutação, já que a economia gumífera propiciou o ambiente para a efetivação do discurso modernizador. Assim, uma cidade do progresso começa a emergir com melhoramentos dos serviços de saneamento e higienização (desobstrução de esgotos e lugares determinados para o depósito de lixo), alargamento de ruas, iluminação, construção de residências confortáveis e de um magnífico teatro - o Teatro da Paz. Belém deveria ser uma cidade sem problemas urbanísticos. Há uma produção historiográfica regional significativa, porém, esses estudos não vislumbram uma cidade que teve um passado recente de comoções sociais como a Cabanagem. Talvez por não se preocuparem com esta questão. A cidade de Belém vislumbrada é a do embelezamento e processo modernizador/civilizador europeu, mas, a “cidade insurreta” não aparece nas produções historiográficas. Geralmente, afirma-se que a cidade (re) construída era a de aspecto colonial. Ver os trabalhos de: SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas Produzindo a Belle Époque – Belém do Pará (1870 – 1912). . Belém: Paka-TatuRecife, 2000.

SILVEIRA, Nedaulino Viana da. Santa Maria de Belém do Grão-Pará: problemática do abastecimento alimentício durante o período áureo da borracha (1850-1920). Recife, 1989: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado.

habitantes da Província eram pessoas “pacíficas” e ordeiras, em contraposição à “péssima índole de rebelde”, do qualificado como “malvado”. Com isto elegeu-se uma possibilidade de memória do movimento.

Contudo, a memória dos conflitos e suas motivações não se apagaram e os confrontos inter-pessoais, entre os sujeitos sociais reiteradamente seriam apontadas, já que marcas foram plasmadas nos sujeitos diversos da cidade e em diferentes perspectivas. Veja-se a atuação do soldado da 3ª Companhia, Manoel Jozé, numa noite de embriaguez, após agredir ao Inspetor de quartirão e ao delegado de polícia, este último tanto fisicamente e com termos insultuosos²⁹ de “bicudo filho da puta e corno”, saiu propalando rua afora o seu plano para aquela noite, 24 de março de 1849, quando ele com mais outros vinte homens, à meia noite iriam matar alguns “bicudos, e dar um saque na Cidade”³⁰.

De acordo com o documento, o soldado Manoel Jozé era cafuzo e estava embriagado, mas pode-se inferir das suas entrelinhas³¹ que mesmo após nove anos, havia espaço para atitudes que invocavam a memória de um passado recente de conflitos, perpassados também pela alcunha de “bicudos”. Sabe-se que assim era como os cabanos alcunhavam os portugueses.

Essa cidade também presenciou a morte na madrugada de 7 de janeiro de 1835 do presidente da província, Lobo de Souza, pelos cabanos. A exposição e ritualização dessa morte significava a tomada da cidade, a tomada do poder político por meio da ocupação do Palácio de governo e a partir destes atos o exercício do poder durante nove meses pelos cabanos³².

RITZMANN, Iracy Gallo. Belém: cidade miasmática - (1878-1900). São Paulo. 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP. Temos ainda outros trabalhos sobre a cidade de Belém dentro do período focalizando outros sujeitos – Segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, entre os quais podemos citar o de ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *Imagens Negras, Espelhos Brancos* – um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará. 1885 – 1892. Belém: UFPA, 1994. (Mimeo). BEMERGUY, Amélia. *Imagens da Ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males. (1870 – 1900)*. Belém: UFPA, 1994. Mimeo. LACERDA, Franciane Gama. *Em Busca dos Campos Perdidos: uma história de trem e cidade*. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP. E outros que não estão citados no momento.

²⁹ Sobre termos insultuosos ver Conceição Maria Rocha de Almeida. *O Termo Insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação de História Social da Amazônia. Belém, 2006.

³⁰ Fundo: Secretaria da Presidência da Província - Série: Ofícios – Ano: 1849 – Caixa: 127. Depositado no Arquivo Público do Pará. APEP.

³¹ O episódio gerou mais três correspondências: uma de autoria do Delegado, outra do Inspetor e a terceira a cópia encaminhada para o presidente da província.

³² RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas, e Roseane Pinto Lima (org.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 519-544. Apresenta elementos dessa ritualização.

A cidade insurreta comportou mudanças nas relações de pertencimento dos sujeitos que inseridos no espaço urbano, deambulavam pela cidade, construindo sua cotidianidade. Como imaginar um porto sem seus carregadores, vendedores de pequenos objetos, mendigos!

Geralmente eles estavam inseridos nas atividades de prestação de serviços; eram as ‘gentes de cor’ e que naquele evento compuseram o *grosso* das tropas cabanas. Eles conheciam muito bem o esquadrinhamento urbano, percorriam cotidianamente suas ruas, praças, largos, travessas e becos, procurando extrair das brechas vislumbradas a sua existência material.

Essa “gente de cor” construía seus espaços sociais e circulavam nos espaços “públicos” por motivos de trabalho, lazer, vida social. Nos poços públicos, lavadouros, praia, porto teceram e desenvolveram uma rede de relações tensionada, conflituosa, de cumplicidade, multiplicando oportunidades de improvisações de papéis sociais informais.

O mais importante é que eles “descolavam” uma existência relativamente autônoma, sinuosa que se inscrevia na cidade, de difícil controle e normatização, criavam estratégias de sobrevivência. Formavam o grosso dos trabalhadores que movimentavam não só a economia da Província como o mais ínfimo detalhe do cotidiano

Eram homens e mulheres. Elas também demarcavam seu lugar no espaço público; a figura feminina estava circunscrita no espaço urbano, imersa e imbricada nas tensões sociais e urdidura da trama do cotidiano. Tecendo os fios da rede de estratégias e organização diárias de sua subsistência

Difícil separar um mundo dito urbano deste universo do campo. Precisamente não era apenas pela diferença de ofícios, pois estes estavam imbricados. E alguém vendia açaí, aves, animais silvestre que trazia do seu sítio ou deixava em consignação para uma família, ou amigo, comerciante do porto. As relações de troca, familiares, festivas eram intensas e delas dependiam a sobrevivência de ambos os segmentos, a solidariedade social e as resistências diante da ordem social e política que os subjugava na freguesia da Sé, da Campina ou alhures.

BIBLIOGRAFIA

ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. Negros do Trombetas – Guardiões de Matas e rios. Belém: CEJUP, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Ed. Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra na Amazônia (sécs. XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2001

CARVALHO, Jose Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Relume-dumará, 1996

Conceição Maria Rocha de Almeida. O Termo Insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação de História Social da Amazônia. Belém, 2006

FERREIRA, Eliana Ramos. Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX. PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado

FREITAS, Décio. *A miserável revolução das classes infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FULLER, Cláudia. *Os Corpos dos Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: Fascículos LH/Laboratório de História - CFCH/UFPA, nº 1, 1999

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Império. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, nº 3: 113-151 1999.

LOPES, Siméia de Nazaré. O “reflorescimento” da economia no pós-cabanagem In COELHO, Mauro.(org.) et alli *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão – séculos XVIII e XIX*. Belém:UNAMAZ, 2005

MATTOS, Maria Izilda Santos de. Ancora de emoções – corpos, subjetividades e sensibilidades. São Paulo: EDUSC, 2005

Mauro Cezar Coelho, Flávio dos Santos Gomes, Rosa Elizabeth Acevedo Marin (org.). *Meandros da História – trabalho e poder no Grão-Pará e Maranhão – séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988,

Patrícia Melo Sampaio. Os fios de Ariadne – tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997.

RAYOL, Domingos Antônio. Motins Políticos - ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Pará. Universidade Federal do Pará, 2º Vol. 1970

SALLES, Vicente. O negro no Pará – sob o regime da escravidão.. Belém: SECULT/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988

SAMPAIO, Patrícia Melo. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: *políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII*. Tempo, vol. 12, nº 23

THOMPSON, E. P. A Economia moral da multidão inglesa no século XVII in *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998